

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às 09:30 hs no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 10ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Aprovação da Resolução nº 14, que trata do calendário de reuniões para o ano de 2008; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: o senhor Luiz Gonzaga Toledo representante da SEPLAN, o Srª. Letícia Bertaia representante da SES, a Srª. Maria Lenice M. Conceição representante da SICME, o sr. José Augusto Ferraz de Lima representante do IBAMA, o Sr. Renato Blat Migliorini representante do ABAS, a srª. Ribenildes Carla G. e Souza representante da FIEMT, a srª. Ildisneya Velasco Dambros representante da SANECAP, a srª. Vânia Tarcila Borges representante da SANECAP, o Sr. Décio Elói Siebert representante do IPAC, a Srª. Alessandra Panizi representante do Instituto CREATIO. O Secretário Executivo iniciou a reunião colocando aos conselheiros que esta é a última reunião do ano de 2007, afirmando que ocorreu neste ano um grande desenvolvimento na implementação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, o que reafirmou a importância do CEHIDRO já que todas as ações passam por este conselho, e colocou também que no ano de 2008 será um ano de intenso trabalho no conselho. Em seguida colocou a ata da 10ª Reunião em discussão, questionando os conselheiros se haveriam alterações a serem feitas na mesma, não sendo apresentada nenhuma alteração, foi aprovada por unanimidade a Ata da 10ª Reunião ordinária do CEHIDRO. Em seguida continuou informando aos conselheiros que 1) Foi realizado no período de 5 a 9 de novembro o 7º Seminário Estadual de Recursos Hídricos, o qual teve um grande número de participantes e mesmo com os problemas internos que gerou a divisão do público entre a Assembléia Legislativa e o auditório da SEMA, foi um grande sucesso e conseguiu atingir o objetivo de divulgar as ações relativas a recursos hídricos que estão sendo feitas no Estado. Colocou ainda que conseguiram trazer várias pessoas de fora para participar do Seminário, e assim ampliar as discussões com novos pontos de vista. Muitos fizeram questão de vir, como o presidente da ANA, José Machado, e o presidente da ANTAQ, José Alex Botelho de Oliveira, que defendeu a as hidrovias como uma forma de reduzir a poluição ambiental. Veio também o Presidente do Instituto Socioambiental, Marcio Santilli, que em uma reunião do MMA afirmou que o Estado não

35 tinha gestão voltada para os recursos hídricos e o Secretário fez questão de trazê-lo para
36 o evento para mostrar que temos sim uma gestão dos recursos hídricos no Estado. 2)
37 Informou que foi publicado pela SEMA o livro “Conjunto de Normas Legais de Recursos
38 Hídricos de Mato Grosso”, o qual foi distribuído exemplares para os conselheiros. 3) Em
39 seguida lembrou aos conselheiros que a eleição para o biênio 2008/2009 dos
40 representantes do setores usuários e organizações não governamentais está em
41 andamento e o prazo para se inscrever para concorrer a uma vaga se encerra dia 07/12.
42 Complementou falando que houve uma prorrogação do prazo, mas que esta foi uma
43 decisão interna da secretaria executiva, não por determinação ou solicitação de entidades
44 externas, e será levado em consideração durante a avaliação quais entidades entregaram
45 no prazo inicial, ao que a conselheira Ribenildes Carla questionou se as inscrições que
46 foram protocoladas já estão com a secretaria executiva, sendo respondido pelo Secretário
47 Executivo que sim. 4) O Secretário Executivo colocou que será realizada uma reunião da
48 câmara técnica de acompanhamento do plano estadual de recursos hídricos no dia 17/12,
49 quando serão apresentados pelos consultores a fase de cenários, o que é um segundo
50 passo na definição do que o Estado quer para o futuro em relação aos recursos hídricos.
51 Colocou que serão convidados os representantes do grupo governamental de
52 acompanhamento do plano, bem como todos os conselheiros, mas é fundamental que
53 todos os conselheiros que fazem parte da Câmara Técnica participem. 5) A seguir
54 apresentou aos conselheiros uma proposta de alteração do Decreto 6.822/2005, que
55 regulamenta o CEHIDRO, a qual foi enviada a Casa Civil há 3 semanas, com intenção de
56 possibilitar aos conselheiros do CEHIDRO o recebimento de diárias e passagens para
57 representar este conselho quando necessário. A conselheira Alessandra Panizi colocou
58 que é uma alteração importante, pois no novo código ambiental foi colocado que os
59 EIA/RIMA relacionados com recursos hídricos tem que ser referendados pelo CONSEMA
60 e pelo CEHIDRO e não será possível que os conselheiros participem das audiências
61 públicas sem diárias, sendo complementado pelo Secretário Executivo que a intenção
62 desta alteração no Decreto é suprir este tipo de necessidade, destacando entretanto que
63 as diárias e passagens não serão usadas pelos membros do conselho que residem no
64 interior para virem a Cuiabá participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do
65 CEHIDRO, mas sim representar o mesmo em reuniões e encontros. 6) Continuou
66 colocando que ele e os técnicos da SURH Sibelle e Márcio participaram do XVII Simpósio
67 Brasileiro de Recursos Hídricos e do 8º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos
68 Países de Língua Oficial Portuguesa, realizado em São Paulo entre os dias 25 e 29 de

69 novembro de 2007. Colocou que participaram destes simpósios representantes de vários
70 países e pode perceber que temos avançado muito no estado e que estamos na frente de
71 muitos deles, por agir preventivamente. Destacou também que neste simpósio teve a
72 Reunião dos Gestores de Recursos Hídricos, com a intenção de dar destaque a gestão de
73 recursos hídricos no país, da qual participaram o Presidente da ANA e do MMA. O foco
74 principal da reunião é unir esforços entre Secretários de meio Ambiente dos Estados para
75 agirem junto aos governadores de forma a priorizar a gestão das águas em sua agenda
76 de governo pois se fala pouco nesta questão. Colocou também que nesta reunião foi
77 apresentado o Regulamento Interno do Fórum Nacional dos Órgão Gestores das Águas,
78 no qual foram feitas algumas alterações e aprovado por unanimidade entre os
79 representantes da Paraíba, São Paulo, Ceará, Roraima, Minas Gerais, Rio Grande do
80 Norte, Acre, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas, Goiás, Piauí, Rio
81 de Janeiro, Bahia e Pernambuco. 7) Em seguida colocou que participamos de uma
82 reunião do PROAGUA, programa estruturante para a gestão de recursos hídricos do
83 governo federal, para definir o que é necessário para estruturar os órgão gestores dos
84 estados. Anteriormente foi respondido um questionário para determinar o estado da arte
85 nos estados, e já foi aprovado no congresso este projeto. Nele, nos primeiros dois anos
86 será feita uma estruturação, onde todo o material será enviado pela ANA e coordenado
87 por Brasília, sem contrapartida do estado, para que nos anos seguintes os estados
88 possam controlar as verbas enviadas para ser feita a gestão estadual. Quem mostrar
89 mais competência e agilidade na fase de estruturação será quem receberá mais recurso
90 na fase seguinte, que vai de 2010 a 2014. Durante a conversa foi levantado cortar a verba
91 para divulgação, mas conseguimos manter no nosso estado para divulgar as ações feitas
92 e assim evitar a falta de informação. Conseguimos nesta reunião fechar um plano com
93 equipamentos e capacitações, inclusive dos conselheiros, por meio de uma possível
94 especialização. O Sr. Leandro Maraschin, coordenador de gerenciamento hídrico, colocou
95 que a superintendência está participando do AQUABIO e participou da Conferência
96 Estadual de Meio Ambiente, onde apresentou o que ficou definido pela Comissão
97 Temática para a parte de recursos hídricos, sendo questionado pela conselheira
98 Alessandra Panizi se sabia o resultado das discussões da Conferência, ao que respondeu
99 que não sabe. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que não deve ser feita mais
100 nenhuma alteração na proposta da Câmara Temática, pois agora a Assembléia ira juntar
101 a proposta com o que ficou resolvido na Conferência para fazer o documento final. 8)
102 Dando continuidade nos informes, o secretário executivo colocou que será realizada a

ultima reunião do CNRH neste ano em Brasília, onde será discutido a integração do CNRH com o CONAMA, devido ao entrelaçamento das atuações dos dois conselhos. 9) Após apresentar os informes, o Secretário Executivo solicitou aos conselheiros que fizessem um balanço do ano de 2007 e falassem sobre o que acham que pode ser melhorado na secretaria executiva. Colocou também que hoje se faz política da gestão de recursos hídricos no CEHIDRO, lembrando aos conselheiros que quando o conselho começou, em 2002, ele estava focado nos problemas de Primavera do leste, o que foi uma fase importante, mas que também demonstra o quanto o conselho evoluiu neste período. O conselheiro Décio Siebert colocou que um grande avanço foi a retirada da análise dos processos pelo CEHIDRO, que é uma atribuição técnica e perdíamos um grande tempo em que podíamos estar fazendo a política. Colocou ainda que deveria ser discutido a participação do CEHIDRO no fomento de Comitês de Bacia, já que existem várias localidades com conflito. O Secretário Executivo questionou então ao conselheiro Décio Siebert como seria a forma de atuação do CEHIDRO neste fomento, ao que ele respondeu que poderia ser através de uma câmara técnica permanente para se discutir como se deve atuar, com participação dos órgãos ambientais e organizações não governamentais. A conselheira Alessandra Panizi colocou que a secretaria executiva deveria ser mais insistente com os conselheiros para que se de continuidade ao andamento das câmaras técnicas já existentes. O conselheiro Luiz Gonzaga retornou a colocação do conselheiro Décio Siebert, questionando como a SURH esta atuando e colocando que o conselho poderia fazer reuniões para divulgação e assim fomentar a criação dos Comitês de Bacia. O secretario executivo respondeu que foram feitos em 2007 cinco seminários em pólos regionais para divulgação e toda chance que temos de discutir o assunto participamos, mas ponderou que a atuação deveria ultrapassar estes pólos, para ampliar a divulgação. Colocou ainda que esta divulgação esta prevista no PTA e colocou que as secretarias municipais as ONGs e outras deveriam ser envolvidas nestas divulgações. Colocou ainda que houve situações que o fomento e a divulgação foi feito, mas não houve o desenvolvimento do trabalho, mas que não se pode desanimar, mas sim atuar de forma mais maciça. O conselheiro Décio Siebert colocou que o problema é a falta de noção das prefeituras, que não se voltam realmente para a preservação e a SEMA tem que divulgar a função da prefeitura nestes aspectos, ao que o secretário executivo colocou que por isso que ele destacou a divulgação no PROAGUA e fez questão que ela permanecesse. O conselheiro Luiz Gonzaga questionou se existe a possibilidade do estado fazer uma lei para vincular os municípios na questão ambiental,

137 ao que o secretário executivo complementou que existe o recurso da compensação
138 financeira de energia elétrica, onde 50% vai para o estado e 50% para os municípios das
139 áreas afetadas, sabe-se que o dinheiro do estado é aplicado no meio ambiente, mas
140 questionou se tem como fazer o município também aplicá-lo nesta área. A conselheira
141 Alessandra Panizi respondeu aos questionamentos afirmando que legalmente não se tem
142 nada a fazer, pois esta é uma competência do município de determinar a forma de
143 aplicação do recurso e o estado não iria se envolver nesta discussão. O conselheiro Décio
144 Siebert colocou que os municípios tem o ICMS ecológico entretanto os mesmos não tem
145 noção de quanto arrecadam nem que podem aumentar a arrecadação se investirem na
146 preservação. O conselheiro Luiz Gonzaga perguntou então quem é o responsável pela
147 divisão da arrecadação, sendo respondido pela conselheira Alessandra Panizi que a
148 divisão é baseada em uma lei nacional. O conselheiro Décio Siebert colocou que poderia
149 ser feito algo para os comitês influenciarem na aplicação do recurso, destacando
150 novamente a importância dos comitês, sendo colocado pela conselheira Alessandra
151 Panizi que não se pode obrigar e o próprio CEHIDRO é frágil neste ponto. O conselheiro
152 Luiz Gonzaga questionou então se não tem como se criar uma lei que defina a destinação
153 do ICMS ecológico, sendo respondido pela conselheira Alessandra Panizi que não é
154 possível, se teria que alterar a própria lei do ICMS e a melhor forma não seria o estado
155 impor ao município, até porque a união não impõe ao estado, sendo questionado pelo
156 conselheiro Luiz Gonzaga se não se poderia fazer algo como se tem na saúde e na
157 educação, que garante um investimento mínimo, em relação à área ambiental, sendo
158 respondido pela conselheira Alessandra Panizi que neste caso seria possível sim. O
159 conselheiro Décio Siebert ponderou que está sendo discutida a reformulação da lei do
160 ICMS ecológico e que, como conselho, devemos ficar atentos porque está ligado com a
161 nossa área de atuação. O conselheiro Renato Migliorini sugeriu que fossem feitos cursos
162 do CEHIDRO em conjunto com a UFMT e questionou se poderiam ser feitos certificados
163 de participação do CEHIDRO, ao que o secretário executivo respondeu que seria feito. A
164 conselheira Alessandra Panizi colocou também que seria interessante fazer identificações
165 para os membros do CEHIDRO, ponderando que o CONSEMA possui uma carteirinha
166 dos membros, sendo respondido pelo secretário executivo que seria verificada esta
167 possibilidade. 10) Em seguida o secretário executivo apresentou a resolução nº 14 que
168 trata do calendário de reuniões para o ano de 2008 colocando que na mesma se manteve
169 como data da reunião a última quinta-feira dos meses ímpares do ano, sendo realizadas
170 as reuniões às 9:00 no auditório da SEMA e questionou se algum conselheiro sugeria

alguma alteração, ao qual nenhum conselheiro se manifestou, sendo a resolução aprovada por unanimidade. O secretário executivo em seguida colocou que a secretaria executiva só tem a agradecer a participação de todos nesta luta que é defender os recursos hídricos no estado e que conta com a participação de todos também no ano de 2008. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10:46 hs e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 24/01/2008.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*